



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1012293-15.2016.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Impetrante: **Luiz Carlos Barbosa**
 Impetrado: **Diretora do Ciretran de Araraquara e outro**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos etc.,

LUIZ CARLOS BARBOSA, qualificado nos autos, interpôs mandado de segurança em face de ato da **DIRETORA DA CIRETRAN ARARAQUARA**, em que alegou que teve seu direito de dirigir suspenso por 5 meses e que após cumprimento de penalidade renovou sua CNH na data de 15/10/2015. Ocorre que na data de 30/04/2016, recebeu notificação informando que não havia sido apresentado recurso junto á JARI e que seria inserido em seu prontuário na data de 29/04/2016 o início de cumprimento da penalidade de cassação. Pleiteou em tutela antecipada o desbloqueio de seu prontuário e ao final, fosse convolado em definitivo a liminar. Com a inicial vieram os documentos.

A tutela de urgência postulada foi indeferida. Ato contínuo requisitou-se informações à autoridade coatora. Deu-se ciência ao correspondente ente público.

Notificada a autoridade coatora, não prestou suas informações. O Departamento Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo interveio como assistente litisconsorcial. Ao final o representante do Ministério Público declinou de sua intervenção.

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

1012293-15.2016.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Não há respaldo jurídico para concessão da ordem.

Não há nos autos documentos suficientes para comprovação do alegado pelo impetrante, já o documento de fls. 16, indica que no período em que se encontrava cumprindo a penalidade de suspensão de seu direito de dirigir, cometeu nova infração de trânsito, o que gerou a instauração de processo administrativo de cassação de seu direito de dirigir.

No mais, não foi juntado aos autos, na íntegra, a defesa apresentada na esfera administrativa, bem como seu desfecho, impossibilitando uma melhor análise por este juízo.

Nestes autos, o impetrante não conseguiu comprovar suas asserções exordiais, claudicando com o ônus processual, pelo que, ao convencimento deste Magistrado, dever sobrepujar a presunção de legalidade e legitimidade do ato administrativo, em detrimento da pretensão aqui deduzida.

Ante o exposto, **DENEGO A ORDEM** postulada na inicial.

Arcará o impetrante com o pagamento das custas e despesas processuais, estando isento dos honorários advocatícios, ao teor da Súmula 105 do S.T.J e art. 25 da Lei 12.016/2009.

P.I.C

Araraquara, 09 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**